

ANEXO VII-1 - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

À COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Ref.: **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº [•] /2025**

Prezado Senhores,

A empresa [•], com sede na [•], cidade de [•], Estado de [•], inscrita no CNPJ sob o nº [•], por seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, para os fins previstos no EDITAL, que:

1. não foi declarada inidônea por ato do Poder Público federal, estadual, distrital ou municipal;
2. que não se encontra com suspensão do direito de participar de licitações ou impedida de contratar com a administração de qualquer dos MUNICÍPIOS;
3. não se encontra sob processo de falência, concurso de credores, em dissolução ou liquidação;
4. os sócios ou acionistas eleitos para mandato de administração ou direção não se encontram impedidos de praticar atos da vida civil ou de licitar e contratar com a Administração Pública, nem estão sob restrição dos direitos decorrentes de sentença condenatória criminal transitada em julgado;
5. não possui entre seus administradores, gerentes, sócios, responsáveis ou técnicos, servidor ou dirigente de órgão ou entidade dos MUNICÍPIOS;
6. não está impedida de transacionar com a Administração Pública (direta ou indireta);
7. que não foi condenada, por sentença com trânsito em julgado, à pena de interdição de direitos devido à prática de crimes ambientais, conforme disposto no art. 10 da Lei Federal nº 9.605/1998;
8. que não se encontra proibida de contratar devido as sanções incluídas nos cadastros a que se referem os arts. 22 e 23 da Lei Federal nº 12.846/2013;

9. que não está proibida de participar de licitações promovidas pela Administração Pública Federal, estadual, municipal, direta e indireta, em virtude da prática de infração à ordem econômica, nos termos do art. 38, inciso II, da Lei Federal nº 12.527/2011;
10. que não está proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992 (redação da Lei Federal nº 14.230/2021);
11. que não está suspensa temporariamente, impedida ou declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública municipal, direta e indireta, por desobediência à Lei de Acesso à Informação, nos termos do art. 33, incisos IV e V, da Lei Federal nº 12.527/2011;
12. que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na LICITAÇÃO ou atue na fiscalização ou na gestão do CONTRATO DE CONCESSÃO, ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
13. que, nos últimos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do EDITAL, não foi condenada judicialmente com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração, nos termos e sob as penas da Lei.

[DATA]

[LICITANTE]

[ASSINATURA DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS)]